

A CONSTRUÇÃO DO 20 DE NOVEMBRO NAS PÁGINAS DA IMPRENSA

*Deivison Moacir Cezar de Campos**

RESUMO

Este artigo discute o uso subversivo da imprensa como instância de legitimação de contradiscursos. Como principal espaço de visibilidade na sociedade contemporânea, a imprensa exerce o papel de sustentar e reforçar os discursos hegemônicos. No entanto, a lógica mercantilista, em sua busca por novidades, abre espaços para outros discursos. Essa estratégia foi utilizada pelo Grupo Palmares de Porto Alegre para nacionalizar a proposta de 20 de Novembro, como Dia da Consciência Negra.

Palavras-chave: imprensa, ditadura, discurso, negro e legitimação.

As políticas de urbanização, implantadas em Porto Alegre a partir da metade do século passado, influenciaram diretamente na reorganização do movimento negro na capital gaúcha na década de 1970, que havia sido desarticulado com o golpe militar. As comunidades negras tradicionais instalaram-se, no pós-abolição, nas antigas periferias da cidade, ocupando regiões onde se ergueriam os bairros Cidade Baixa, Bonfim, Rio Branco e Mont'Serrat. Com a especulação imobiliária, as populações foram deslocadas para áreas mais distantes, como a Restinga, Sarandi, Viamão e Alvorada (Campos, 2006).

Ao mesmo tempo em que provocou a pulverização das antigas comunidades em regiões mais periféricas e a desagregação de suas populações, o processo de urbanização criou demandas de identificação para os negros, que antes eram atendidas espacialmente. Os referenciais de lugar não mais existiam, restando a referenciação simbólica. Em seu fluxo para o trabalho e lazer, tendo o centro da cidade como referência do transporte coletivo, os negros acabaram por criar grupos de interação neste espaço de convergência.

Na conjunção da territorialização dos elementos simbólicos com a busca por soluções às várias demandas socioeconômicas vividas pela população negra, um grupo de

* Jornalista. Doutorando em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Mestre em História Social pela PUC-RS (2006). Especialista em História Contemporânea (1999). Coordenador do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Luterana do Brasil. E-mail: deivison_campos@hotmail.com.



jovens universitários organiza o Grupo Palmares. A entidade surge com a proposta de construir um novo caminho para o atendimento dessas necessidades sem, com isso, ter que abrir mão de sua condição étnica (Campos, 2006).

O grupo baseia sua ação na proposta de rever a história brasileira para, com isso, demonstrar aos negros o passado de resistência às diferentes realidades opressoras. Na visão do grupo, o contexto de opressão se mantinha intocado e, enquanto isso, a maioria dos negros havia se acomodado à marginalização imposta pela estrutura social. Para o grupo, a tradição de resistência, simbolizada na história revista do Quilombo dos Palmares [20 de novembro], levaria os negros à *tomada de consciência* de sua condição social. Conseqüentemente, seriam superados a ideologia assimilativa [13 de maio] e o mito da democracia racial.

A ação de subverter a esfera política e social, realizada pelo Palmares, e pelo movimento negro como um todo, deu-se principalmente pelo viés cultural, por seu discurso romper com a ideia de uma cultura nacional oficial. Palmares, símbolo desde o início da proposta, ganha dimensão por tornar-se também modelo para estruturação de uma nova relação entre os negros e de negociação com a sociedade: resistente e comunitarista. Além da revisão histórica, a subversão do discurso oficial se dá através de duas outras iniciativas: a ressignificação da identidade étnica e a tradução dos ideais dos movimentos negros na diáspora e na África (Campos, 2006).

A identidade étnica negra, construída durante o período de escravidão e mantida em manifestações como a religião, sofre uma reelaboração de seus elementos simbólicos a fim de reafirmar a existência de uma cultura negra no Brasil. Elementos esses que foram constantemente atualizados para garantir as relações comunais. Assim ocorreu nos territórios tradicionais, no território transicional do centro e nas áreas de reterritorialização periférica das comunidades.

O terceiro componente apontado constitui-se na tradução das lutas internacionais negras. Foram muitos os ecos do movimento Negritude e do Pan-africanismo que chegaram ao país. Também a luta pelos direitos civis e a contrária ao *Apartheid* são elementos de influência. Ao traduzirem essas manifestações, o movimento negro brasileiro respaldou sua ideia de uma cultura negra resistente e da existência de um poder negro, ligados a uma tradição referenciada numa África mítica.



Essa relação com a diáspora negra retoma o movimento de desterritorialização e reterritorialização, ocorrido inicialmente com a ruptura provocada pela *Middle Passage*, que ampliou a territorialidade africana, construindo o que Gilroy (2001) denomina Atlântico Negro. A diáspora, portanto,

[...] é um conceito que ativamente perturba a mecânica cultural e histórica do pertencimento. Uma vez que a simples sequência dos laços explicativos entre lugar, posição e consciência é rompida o poder fundamental do território [espacial] para determinar a identidade pode também ser rompido (Gilroy, 2001, p. 18).

Neste cenário, em que há uma “reconceitualização da cultura a partir do sentimento de sua desterritorialização” (Gilroy, 2001, p. 22), surge a necessidade de adequação a novos paradigmas de pertencimento e de construção desses. Bauman (2005, p. 24) também referencia a demanda por elementos identitários no rompimento entre o pertencimento e o lugar.

A centralidade da mídia na cultura contemporânea faz com que essa se torne um espaço privilegiado para circulação de signos identitários, auxiliando no atendimento dessa demanda. Desta maneira, vislumbra-se a afetação do pertencimento negro na diáspora pela midiatização que, segundo Fausto,

por ser um fenômeno que transcende aos meios e as mediações, estaria no interior de processualidades, e cujas dinâmicas tecnodiscursivas seriam desferidas a partir de suas próprias lógicas, operações, “saberes” e estratégias na direção de outros campos sociais (2005, p. 11).

É através da imprensa que Palmares consegue sua legitimação e reconhecimento num uso subversivo do meio que, neste período, impunha-se como significativo espaço público e, portanto, uma das esferas de sustentação do discurso dominante.

Os veículos foram utilizados inicialmente para publicar agendas e resultados de pesquisas históricas. Depois do primeiro ato evocativo ao 20 de novembro, no entanto, os jornais passam a ser utilizados para divulgar as propostas do grupo. A imprensa, nesse caso, é explorada em sua característica de agendar temas para debate.

A IMPRENSA COMO INSTÂNCIA DE LEGITIMAÇÃO

Habermas (1984) propõe que a esfera pública surge com a economia de mercado, que criou um espaço de discussão de temas de interesse burguês e de interação

com o Estado, sustentado pela circulação de jornais. O crescimento das massas levou os trabalhadores a reivindicar direitos nessa esfera, buscando ampliá-la a toda a sociedade. A expansão capitalista, no entanto, provocou uma maior intervenção governamental na relação entre capital e trabalho. Com isso,

A colonização da esfera pública pela propaganda governamental e pela publicidade empresarial, combinada com o desenvolvimento de meios de comunicação predominantemente mercantilizados, retirou do espaço público a condição de espaço para livre discussão dos assuntos de interesse político comum que conservara durante a era burguesa, convertendo-se em esfera promocional das campanhas governamentais e do consumismo empresarial, articulada pelos conglomerados privados e estatais de comunicação (Rüdiger, 2002, p. 133).

Mata (1999, p. 83) diz ser possível “reconhecer a centralidade que foram adquirindo os meios massivos de comunicação na vida cotidiana”, não só para informação e entretenimento, mas na construção de imaginários coletivos. Rodrigues (2000, p. 169) também aponta que a apreensão do mundo tornou-se “dependente” dos “dispositivos de mediatização” que influenciam o ritmo da vivência individual e coletiva.

A mercantilização desses meios faz com que ecos da vida social sejam utilizados pelos veículos a fim de oferecer produtos interessantes e novidades. Essa necessidade leva, muitas vezes, a que sejam oferecidos produtos “que talvez choquem, transgridam convenções e contenham crítica social ou expressem ideias correntes possivelmente originadas por movimentos sociais progressistas” (Kellner, 2001, p. 27).

Desta maneira, apesar de promover a visão de mundo e os interesses dos grupos que controlam o capital e conseqüentemente os “grandes conglomerados de comunicação”, os produtos também “veiculam posições conflitantes, promovendo às vezes forças de resistência e progresso” (p. 27). Esse uso faz com que também os contradiscursos sejam levados ao espaço público para discussão e oferecendo possibilidade de legitimação.

Nesse sentido, a imprensa cumpriu uma função importante para a divulgação dos discursos construídos e na institucionalização do Grupo Palmares como instância referencial do movimento social pela integração do negro na sociedade brasileira. Os militares, através dos sistemas de comunicação, haviam conseguido atingir o objetivo de integração nacional. Se por um lado estes canais foram utilizados para fortalecer a

ideologia oficial, também serviram para a divulgação desses outros discursos. A imprensa assume então o papel de campo de disputa ideológica. Enquanto o regime defende o oficialismo, o Grupo Palmares busca subverter o discurso hegemônico.

Thompson (2002, p. 78) refere que as “formas simbólicas não são meramente representações [...] ao contrário, estão, contínua e criativamente, implicadas na constituição das relações sociais como tais”. As categorias *legitimação*, *dissimulação*, *unificação*, *fragmentação* e *reificação*, adotadas por Thompson (2002, p. 81) para analisar os modos como a ideologia opera, facilitam a compreensão de como essa relação social é trabalhada no campo simbólico e de como age para manter as formas de dominação.

No caso brasileiro de dominação social por referenciais europeus, várias destas categorias operam conjuntamente. A *legitimação* ocorre através do apelo a “tradições imemoriais” (Thompson, 2002, p. 82) que são contadas por histórias de um passado que se reflete no presente como aceitável. Cita-se, por exemplo, a obra de Gilberto Freyre. Ao mesmo tempo, verificam-se características de *dissimulação*, considerando que muitas das relações, como a discriminação e a desigualdade social, são “negadas ou obscurecidas [...] pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes” (p. 83).

Também a *unificação* é uma categoria operante no modelo de dominação brasileiro. Caracteriza-se como “uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças” (p. 86). Identificam-se nessa categoria o mito da democracia racial, também os projetos de cultura e identidade nacional, defendidos pelos grupos hegemônicos a fim de manter sua dominação. Por último, verifica-se a categoria *reificação*, que se constitui na naturalização de uma situação histórica, no caso, o lugar social ocupado pelo negro. Também se define por apagar os sujeitos responsáveis pelos acontecimentos, parecendo que os processos acontecem ao natural. É a questão do racismo, ao qual ninguém admite ser, mas reconhecem sua existência.

Apesar de não haver um projeto de comunicação específico, segundo relato de integrantes do grupo, pode-se verificar dois momentos distintos da relação do Palmares com a imprensa. Num primeiro momento, os jornais foram utilizados para divulgar pesquisas do grupo e veicular os convites para as atividades que se sucediam (Correio



do Povo, 1971; Folha da Tarde, 1971; Silveira, 1971). Apesar da circulação dos textos, Oliveira Silveira avalia que o grupo era limitado no uso do espaço. “Não distribuíamos bem a matéria para a imprensa e por isso não tivemos mais apoio e uma repercussão mais forte” (Silveira, 2004).

O grupo conseguiu divulgação, desde sua primeira atividade, no jornal Correio do Povo, então principal veículo impresso gaúcho. Foi publicada uma nota (21/08/1971, n.p.) sobre o ato cívico a Luiz Gama, realizado pelo grupo na Sociedade Floresta Aurora. Parte da pesquisa realizada pelo grupo também foi publicada no Correio (22/08/1971, n.p.) e na Folha da Tarde (23/08/1971, n.p.). No entanto, em sua maioria, as publicações constituíam-se em notas, chamando para os eventos ou referindo a atividade, baseada em material enviado pelo grupo e divulgação de partes das pesquisas sobre o homenageado.

O convite para o primeiro ato evocativo ao 20 de novembro também se deu através da imprensa, dessa vez na Folha da Tarde (17/11/1971, n.p.). A falta de experiência, de uma política de comunicação e o desconhecimento das propostas pelos jornalistas acabaram por gerar uma confusão junto aos órgãos de repressão política. O ato, que seria realizado no clube Marcílio Dias, foi confundido com um espetáculo teatral, atividade muito visada pela censura. Após a publicação do convite, o clube foi avisado de que deveriam tirar uma licença junto à Turma de Censura de Diversões Públicas, do Departamento de Polícia Federal (Cortes, 2005).

A entrada de novos integrantes, principalmente depois do primeiro ato evocativo, em 20 de novembro de 1971, reformulou a questão documental escrita. Reforçou-se o uso da imprensa como campo de disputa para a institucionalização e legitimação do grupo como instância de representatividade negra. A imprensa torna-se, então, um espaço estratégico de divulgação das ideias e das propostas do grupo. Deste período, têm-se os dois principais manifestos do Palmares.

EM DEFESA DO DISCURSO OFICIAL

A situação da imprensa neste período é bastante ambígua. Apesar do pequeno número de leitores, em função da alta taxa de analfabetismo [43,2%, em 1970], o jornal era considerado estratégico pelo regime militar, por falar para a elite letrada, acirrando sua posição de campo de disputa discursiva, principalmente após o AI-5. Carlos Fico

(2001, p. 181) reforça que os órgãos da inteligência da ditadura atribuíram grande importância aos meios de comunicação social, principalmente a imprensa e a televisão.

Se por um lado utilizaram-se desta estrutura comunicacional para realizar a propaganda política, por outro mantiveram um controle rígido para que os “inimigos internos” não utilizassem os veículos para disseminarem sua mensagem “subversiva”. Para exercer tal controle, implantaram um rígido sistema de censura sobre jornais, revistas, televisão, cinema, teatro e música.

Os militares pautavam-se pelos estudos funcionalistas, baseados na teoria de estímulo-resposta (Hohlfeld, 2001). A esquerda buscava pressupostos na perspectiva frankfurtiana, que dominou os estudos de Comunicação na América Latina durante a década de 1970, denunciando grosso modo a massificação ideológica do receptor frente à mensagem. A análise da cultura numa sociedade de massa era incipiente no país. O primeiro artigo sobre o tema é de 1966 na Revista de Civilização Brasileira. Nele, Ferreira Goulart discute, a partir das teorias da Escola de Frankfurt, questões sobre estética numa sociedade de massas, buscando compreender as transformações culturais ocorridas no Brasil. Também passam a ser traduzidos textos e análises sobre a sociedade de massa (Ortiz, 1995, p. 15).

Conforme Fico (2001), os setores mais radicais dos grupos de inteligência do regime viam, nos postos de comando dos veículos, homens que defendiam, aberta ou veladamente, ideias de esquerda. Identificavam nas mais diferentes matérias jornalísticas os ecos de “esquerdismo” ou comunismo, fazendo, por vezes, avaliações simplistas ou delirantes, conforme o autor. Consideravam como temas que buscavam fragilizar o governo: críticas às multinacionais, ao INPS, à Justiça Militar e à violência policial; promoção de artistas tidos como de esquerda; denúncias sobre existência de um poder paralelo; sobre presos políticos, desaparecidos e sobre os quartéis transformados em prisões. Acreditavam ser fruto de uma “guerra psicológica adversa”, sendo os jornalistas comunistas, o PCB, o clero progressista, a ABI, a OAB e o MDB os responsáveis por tal estratégia.

A animosidade contra a imprensa estava difundida em todos os escalões do governo militar. As decisões sobre censura não eram centralizadas para evitar sua comprovação, buscando proteger a ideia do país manter-se como uma democracia. Para Smith (2000, p. 74), “obstruir ou perseguir a imprensa era uma predisposição da

maioria”. A perseguição se dava em tal nível que os jornais, apontados como sob orientação comunista, tinham suspensas as publicidades governamentais (Fico, 2001, p. 184).

A fim de garantir a hegemonia ideológica, o regime utilizou-se de práticas que iam de ameaças pessoais até atentados contra veículos de imprensa. Smith (2000) enfatiza que, além da censura declarada, o regime utilizava-se do subterfúgio da autocensura e dos bilhetinhos. A autocensura era realizada através da expedição de proibições contra a divulgação de determinados assuntos e a fiscalização do cumprimento da determinação (Smith, 2000, p. 135). Os bilhetinhos, apesar de não ter base jurídica, tinham o uso disseminado. Em folhas sem a identificação da origem da proibição, eram distribuídos aos jornais por policiais (p. 141). O cumprimento das determinações era garantido pela cultura do medo, implantado pelas ações violentas dos órgãos fiscalizadores e pela burocratização. Para a autora,

o regime poderia ter exercido a censura com muito maior coerção ou muito mais às claras. Em vez disso, buscou uma rota de burocratização, tanto na operação quanto no ocultamento da censura, sempre na tentativa de deixar em aberto uma alegação de legitimidade de suas ações (Smith, 2000, p. 210).

A censura mais rígida, após a implantação da Lei de Imprensa e do AI-5, fez com que os veículos adotassem uma postura de resistência. No caso da grande imprensa, mais contra a censura, propriamente dita, do que contra o regime. A imprensa alternativa, em sua maioria, esteve desde o primeiro momento em posição contrária aos governos militares. A situação do Jornal do Brasil é bastante *sui generis* nesse cenário. O jornal defendeu a derrubada de João Goulart, num primeiro momento (JB, 1964), considerava-se liberal, democrático e contrário à ditadura (Revista Visão, 1976), mas era visto pelos órgãos de segurança como um veículo de esquerda.

O JB vem realizando uma intensa campanha de desmoralização dos órgãos de segurança, através de ataques diretos ou de destaques negativos, enfocando o aparelho policial. Aproveita fatos controvertidos, não apurados devidamente, para caracterizar a institucionalização da sevícia e da tortura nos interrogatórios preliminares. Diariamente insiste nesse objetivo, chegando até a publicar notícias falsas e tendenciosas no propósito de conseguir comprometer a polícia com a opinião pública, beneficiando, assim, a ação destruidora dos comunistas e terroristas (Cie, 1972 *apud* Fico, 2001, p. 185).

Também se declarando independente, o jornal Zero Hora é fundado em maio de 1964, um mês depois do Jornal Última Hora, de Samuel Wainer, ser proibido de circular pelos militares. Na primeira edição, que circulou no dia 04 de maio, com 24 páginas, o editorial trazia uma declaração de princípios na qual se lia: “Nasce hoje um novo jornal. Autenticamente gaúcho. Democrático. Sem vínculo ou compromissos políticos” (Especial, 2004, p. 4).

As páginas dessas duas publicações, apesar do controle pela censura, possibilitaram a circulação de um discurso que afrontava o mito da democracia racial e a ideia de identidade nacional unificada e, ainda, questionava as bases estruturais da democracia brasileira. Igualmente, buscava numa perspectiva global (diáspora) referenciais para a construção de novos lugares sociais para o negro. Estruturava-se a proposição e adoção do 20 de Novembro.

O CONTRADISCURSO DO GRUPO PALMARES

A publicação de um caderno especial, em 19 de novembro de 1972, com oito páginas, sobre a questão negra num dos principais jornais do estado, deu visibilidade ao Grupo Palmares em âmbito local. O primeiro ato evocativo, realizado no ano anterior, havia reunido 11 pessoas no Clube Marcílio Dias, na capital gaúcha. Mesmo contribuindo para que novos integrantes entrassem para o Palmares, teve pouca repercussão social. No entanto, o posicionamento adotado no manifesto e a radicalização das propostas de 1972 levou a que, em maio de 1973, o jornalista Alexandre Garcia, então repórter da sucursal do Jornal do Brasil em Porto Alegre, propusesse a produção de uma matéria sobre a negação ao 13 de maio (Garcia, 1973, n.p.).

O jornalista não recorda com precisão em que situação se deu o encontro com o grupo. Acredita que conhecia uma de suas integrantes, além de ter lido em Zero Hora sobre o questionamento feito ao 13 de Maio. Conta que na sucursal o repórter produzia a matéria e depois a submetia ao editor no Rio de Janeiro. Sua reportagem para o dia da Abolição de 1973 seria sobre as propostas do Grupo Palmares, ocupando uma página inteira do jornal (Garcia, 2005).

A matéria referia a ideia que originou o grupo [não ao 13 e sim ao 20] e as justificativas para que defendessem tal posicionamento. A principal questão colocada é que depois da abolição a situação do negro não se modificou, tendo até piorado, por



falta de respaldo do poder público “A falta de um programa de integração, junto com a Lei Áurea, manteve o negro inferiorizado” (Garcia, 1973, n/p).

Na reportagem, também são feitas críticas à historiografia oficial que, para os integrantes do Palmares, foi “feita pelo branco” e tem sido mal contada em relação ao negro. A afirmação constitui-se argumento central não só da ação do grupo, como da sua própria existência, que é a de levantar o patrimônio histórico e cultural do negro. A revisão histórica daria subsídio para que o negro “conheça a verdadeira história do seu povo no Brasil, e, sacudindo seus complexos, passe a participar de outra maneira na sociedade brasileira, consciente de seu valor – o que é diferente de uma integração à custa da sua alienação cultural” (Garcia, 1973, n.p.).

Toda a dinâmica local do grupo junto com a repercussão da entrevista, publicada em 13 de maio no Jornal do Brasil, que chegou a ser referida no Le Monde, abriu espaços para o avanço nacional da proposta. A adoção do 20 de Novembro, inicialmente como Dia do Negro, e o contato com grupos do centro do país, que se iniciava, foi dinamizado pelo *Manifesto de 1974* (Garcia, 1974, n.p.), publicado em 20 de novembro, também no Jornal do Brasil.

O Grupo Palmares é então apresentado como uma integração de sociólogos, advogados, arquitetos, professores e estudantes universitários e do 2º grau, que buscam “dar um novo enfoque à tão falada integração racial”. No manifesto, a postura do grupo apresenta críticas mais diretas a padrões sociais, ampliando as frentes de ação – em relação ao primeiro manifesto de 1972. Criticam a estrutura social preconceituosa e repressiva, mas ao mesmo tempo apontam também como responsáveis os negros *letrados* (Moura, 1994) que a ela se submetem passivamente. Denunciam a manutenção do *status quo* e também a esquerda, que então fazia oposição a conjuntura vigente, mas deixava de lado a questão racial. Mais do que oposição ao 13, estava lançada a semente do 20, como referência simbólica. Conforme Oliveira Silveira,

à medida que a gente foi tomando conhecimento de outros trabalhos, as coisas mudaram. Na verdade dentro do próprio grupo, à medida que entravam novas pessoas, foram surgindo novas perspectivas, orientações. O grupo inicial era bastante limitado. Depois, com a entrada da Anita, estudante de sociologia, trouxe ideias mais avançadas. Depois a Helena Vitória dos Santos Machado e, mais para o final, a jornalista e professora Marisa Souza da Silva. São pessoas que reorientaram o trabalho do Grupo Palmares (2005).

A comparação entre os manifestos, publicados pelo grupo Palmares em 1972 (Revista ZH, 1972) e 1974 (Garcia, 1974), possibilita uma boa análise da transformação no discurso da teoria para a ação. As justificativas apresentadas pelo grupo em 1972 referem-se à construção de uma base teórica consistente para o reconhecimento da tradição e da história da presença negra no Brasil. Objetiva com isso alertar a condição de aculturação sofrida historicamente, sendo, desta perspectiva, a reapropriação dos elementos da cultura negra determinante para que o negro possa se impor como ser humano completo. No manifesto de 1974, referem que a estrutura dominante nega o acesso da população negra ao seu passado, ignorando sua cultura por força da alienação. Para a superação desse processo, o grupo buscava alertar, com ações diretas nas comunidades, “no sentido de reavivar as verdadeiras raízes culturais do negro brasileiro”.

As proposições demonstram que o grupo passou da proposta de construção teórica para a necessidade de ações junto à comunidade que não tinha o mesmo acesso às informações e que, por isso, não tinham tomado consciência de sua situação social. Tendo como proposta inicial ser uma “força negra que fale das necessidades de uma raça” (Revista ZH, 1972) e denunciando a omissão da historiografia quanto ao negro, partem para ações de caráter mais abrangente como a revisão historiográfica e mesmo o “ajuste da cultura Ocidental” (Garcia, 1974).

Na relação com o contexto social, os manifestos também demonstram uma construção mais política do discurso do grupo. Em 1972, o grupo defendia que o estado de inferioridade econômica e cultural em que se encontrava o negro era fruto da escravidão e da autoridade paternalista que se mantinha vigente em nossa sociedade. Além disso, a carência de educação seria responsável pela apatia dos negros em sua situação.

No documento de 1974, os integrantes do Grupo Palmares analisam a política externa e afirmam que os negros mais esclarecidos alienam-se, não buscando proteger a tradição e história negra como forma de afirmação coletiva, facilitando a marginalização da maioria negra. Na ótica do grupo, muitos convivem tranquilamente com o processo de branqueamento, mascarado pelo discurso da tolerância e igualdade de oportunidades. Para isso, buscam a acomodação ao sistema de discriminação racial, como o casamento

inter-racial para adquirir *status* social e o afastamento dos negros com menor poder aquisitivo.

A discussão sobre a historiografia oficial e a necessidade de revisão está colocada como questão central nos dois manifestos. O primeiro refere que os desvios e confusões são tantos que se criam barreiras frente a personagens históricos que estejam em oposição ao sistema, como é o caso de Zumbi. Reforça, no entanto, a importância de Palmares que, no entanto, é apontada pela história oficial como ação civilizadora e não como um protesto social.

A crítica ao processo de apagamento da memória sobre Palmares radicaliza-se em 1974. Segundo o manifesto, os fatos ligados a Palmares são pouco divulgados e bastante deformados. Teriam sido apagados pela cultura acadêmica, incluindo a historiografia marxista, tida como omissa em relação a esse episódio e as demais rebeliões negras. “Estavam tentando manipular o passado na África e nas Américas para o resto do mundo”, recorda Cortes (2005).

A experiência de Palmares também é ponto central da proposição do grupo. Os dois manifestos dedicam suas aberturas à análise do movimento quilombista e à abordagem deste pela história oficial. Argumentam, no primeiro momento, que Palmares constitui-se num fato importante de nossa história, desprestigiado oficialmente. Isso porque se trata de um movimento de resistência duradouro dentro da capitania mais rica de uma das colônias da principal força marítima, ao lado da Espanha, dos séculos XIV e XV, quando da existência do quilombo. Coloca o advento de Palmares como um “protesto social em busca de afirmação dos direitos humanos, de honra e dignidade” (Revista ZH, 1972, p. 5) de todo um povo.

A análise feita em 1974 propõe Palmares como fruto de uma “reação constante e reiterada da escravidão”, uma estratégia de oposição ao sistema escravista, retomando *Rebeliões na Senzala*, de Clóvis Moura (1988). Palmares é visto então como um “Estado negro livre de atrocidades dentro de um país colônia, resultado da capacidade criadora de uma raça” (Garcia, 1974, n.p.). Também vislumbra Palmares como um “sistema social econômico e político, baseado na igualdade dos membros” (n.p.). A situação política do país também é abordada referindo a pecha de subversivo a quem fala de Palmares em função do uso feito pela esquerda armada.

Como resultado desta nacionalização da proposta, através das páginas do Jornal do Brasil, tem-se registro de manifestações já em 1975 em Campinas e São Paulo em torno do 20 de Novembro. Em 1976, foram organizadas semanas do negro, em novembro, pelo Grupo Teatro Evolução de Campinas, o Centro de Cultura e Arte Negra de São Paulo, o Grupo André Rebouças [RJ], a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África [RJ] e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras [RJ] (Campos, 2006).

A proposta do grupo, outrora vista como inédita pela grande imprensa, vai perdendo espaços nos jornais, na proporção inversa da repercussão social e dimensão territorial. A demanda por divulgação das ideias leva o grupo a pensar num periódico. Diversos esboços chegaram a ser elaborados, sem que nenhum tenha sido executado. A proposta de um jornal evolui de maneira independente ao Palmares, originando algum tempo depois o grupo Tição, que publicou a primeira edição em março de 1978.

Nacionalizada pela imprensa, a adoção da proposta do Grupo Palmares de adesão ao 20 de Novembro, como Dia Nacional da Consciência Negra, foi aprovada em novembro de 1978, durante assembleia nacional do recém fundado Movimento Negro Unificado [MNU], realizada na Bahia. Consolidado e institucionalizado o 20, os atos evocativos, que surgiram com o objetivo de afirmar a data e seu simbolismo, acabaram perdendo a motivação. O Grupo Palmares havia atingido plenamente seu principal objetivo e deixou de existir em agosto de 1978.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa constitui-se, portanto, na principal instância de legitimação do Grupo Palmares como instituição representativa das iniciativas das negritudes nos anos 1970. A subversão discursiva foi a estratégia escolhida pelo grupo para agendar a discussão sobre o lugar do negro na sociedade brasileira. A imprensa foi o campo escolhido por sua importância como canal do espaço público, mesmo em meio a um regime de censura aos contradiscursos.

As matérias e notas deram visibilidade ao Palmares e o consequente reconhecimento. A publicação do caderno especial no jornal ZH em 1972 respaldou as ações do grupo em nível estadual. No ano seguinte, através das páginas do Jornal do Brasil, inicia a fase de reconhecimento nacional, consolidada com a publicação de um manifesto em 1974 no mesmo jornal.

Começando a operar com um discurso de valorização cultural, os integrantes do Palmares buscaram cada vez mais o enfrentamento com a ideologia vigente e, portanto, com as estruturas de manutenção do sistema, inclusive o regime militar. No entanto, a disputa foi travada, subvertendo a ordem estabelecida, numa das instâncias de controle e sustentação dos discursos oficiais.

A deslocalização antecipada do pertencimento negro, desencadeada pelo escravismo, possibilitou que as transformações na forma de se construir coletividades, provocados pelo processo de midiaticização, não afetassem de maneira negativa a constituição do pertencimento. No sentido contrário, provou uma maior circulação de signos e, conseqüentemente, uma aproximação dos negros numa perspectiva diaspórica, ou global, dialogando com as particularidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CAMPOS, Deivison. *O Grupo Palmares (1971-1978)*. Um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pucrs, Porto Alegre, 2006.
- CORTES, Antônio Carlos. *Trajetória pessoal* [31/05/2005]. Porto Alegre: Escritório de Advocacia. Entrevistador: Deivison Campos.
- ESPECIAL. Há 40 anos mudando a vida do leitor. *Zero Hora*. Porto Alegre, 04 maio 2004.
- FAUSTO NETO, Antonio. Midiaticização – prática social, prática de sentido. ENCONTRO REDE PROSUL – Comunicação, Sociedade e Sentido, no seminário sobre midiaticização. *Paper...* Unisinos. S. Leopoldo, 19/12/2005 e 06/01/2006.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- GRUPO “PALMARES” HOMENAGEOU POETA ABOLICIONISTA LUÍS GAMA. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 23 ago. 1971.
- GARCIA, Alexandre. *Matérias sobre o Grupo Palmares*. [24 nov. 2005]. Porto Alegre. Entrevista concedido por e-mail a: Deivison Campos.
- _____. Manifesto reafirma a busca da integração. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1974.
- _____. Negro no sul não quer mais abolição como data da raça. *Jornal do Brasil*, 13 maio 1973.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34. 2001.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Unesco, 2003.
- HOHLFELD, A. MARTINO, L. e FRANCA, V. *Teorias da Comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001
- HOMENAGEM. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 21 ago. 1971.
- KELLNER, Douglas. *Cultura da mídia*. Bauru: Edusc, 2001.
- LUÍZ GAMA E AS “TROVAS BURLESCAS”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 22 ago. 1971.



- MATA, Maria Cristina. De la cultura massiva a la cultura mediática. *Diálogos de La comunicacion*, Lima, n. 56, p. 80-91, out. 99.
- MOURA, Clóvis. *Dialética racial do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita Ltda, 1994.
- _____. *Rebelião da Senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- PROST, Antoine; VINCENI, Gerard (Orgs.). *História da Vida Privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- QUILOMBOS DE PALMARES. Zero Hora. Porto Alegre, 19/11/1972. Revista ZH.
- RIO NOS JORNAIS. O golpe de 64. *Jornal do Brasil*. Disponível: <http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj47.htm>. Acesso: 15 maio 2006.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. Experiência, modernidade e campo dos média. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). *Reflexões sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Revan; Teresina, PI: UFPI, 2000.
- RÜDIGER, Francisco. *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
- SCMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- SILVEIRA, Oliveira. *Trajetória pessoal*. [23/08/2005]. Porto Alegre: Casa de Cultura Mário Quintana. Entrevistador: Deivison Campos.
- SILVEIRA, Oliveira. *Grupo Palmares e movimento negro*. [04/12/2004]. Porto Alegre: Hotel Embaixador. Entrevistador: Deivison Campos.
- _____. A epopéia de Palmares. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 20 nov. 1971.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho – uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Teoria social crítica na era dos Meios Comunicação de Massa. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
- ZUMBI, A HOMENAGEM DOS NEGROS DO TEATRO. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, 17 nov. 1971.